

# Previdência dos policiais militares é problema grave para os Estados

A idade média de entrada em inatividade dos militares é inferior a 50 anos. Mantidas as regras atuais, o quantitativo de militares inativos dos estados deverá dobrar em 25 anos

Cláudio Hamilton Matos dos Santos  
01 de outubro de 2019

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) indicam que as administrações públicas estaduais gastaram R\$ 37 bilhões com a remuneração desses militares ativos

Em 2017 havia pouco menos de 479 mil – policiais e bombeiros – militares estaduais em serviço ativo no Brasil<sup>[1]</sup>. Os quantitativos diferem bastante entre os estados. Apenas cinco estados – a saber, São Paulo (83 mil), Rio de Janeiro (61 mil), Minas Gerais (49 mil), Bahia (34 mil) e Pernambuco (22 mil) – respondem por pouco mais da metade do efetivo nacional. Por outro lado, os cinco estados com os menores efetivos do país – a saber, Roraima (2.145), Acre (2.973), Amapá (3.980), Sergipe (5.605) e Rondônia (5.765) – respondem por cerca de 4% do efetivo nacional.

De acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as administrações públicas estaduais gastaram R\$ 37 bilhões com a remuneração desses militares ativos. Os gastos variam com os efetivos de cada estado, como seria de se esperar. Novamente, São Paulo (R\$ 6,1 bilhões), Rio de Janeiro (R\$5,1 bilhões), Minas Gerais (R\$4,6 bilhões), Bahia (R\$ 2,6 bilhões) e Pernambuco (R\$ 1,6 bilhão) – respondem por pouco mais da metade de todo o gasto nacional. E, novamente, Roraima (R\$ 183 milhões), Acre (R\$ 265 milhões), Amapá (R\$ 253 milhões), Sergipe (R\$ 479 milhões) e Rondônia (R\$ 380 milhões) respondem por perto de 4% do gasto nacional. Dividindo-se R\$ 37 bilhões (da folha salarial anual) por 479 mil pessoas (o efetivo militar estadual total) chega-se ao valor médio mensal (em 13 meses) de R\$ 5.942,00 por cada militar ativo no Brasil.

Segundo estimativas desse autor, os efetivos militares estaduais cresceram entre 2006 e 2014, saindo da casa dos 445 mil em 2006 para 475 mil em 2014 – reflexo, presume-se, da demanda da população por mais segurança. De 2014 a 2017 os efetivos ativos têm

sido mantidos relativamente constantes – com algumas notáveis exceções, como RS e SC que têm reduzido quadros ativos permanentes, aumentando (no caso do RS) o número de militares temporários. De acordo com dados da STN as administrações públicas estaduais gastavam, a preços de agosto de 2019, cerca de R\$ 21,5 bilhões com a remuneração dos (cerca de 445 mil) militares ativos em 2006 – ou R\$ 3.716,00 mensais (por 13 meses) para cada militar ativo.

Embora digno de nota, o forte aumento nos gastos com militares ativos ocorrido no Brasil nos últimos anos não é o principal problema fiscal dos estados brasileiros. Não obstante o ritmo de avanço dos salários dos militares brasileiros ter sido notável no período em questão – muito acima da média nacional – sempre é possível achar razões legítimas para a valorização de profissionais que, no limite, arriscam suas vidas para o bem-estar da comunidade.

O problema que essa nota tem como objetivo esclarecer é o vertiginoso crescimento dos gastos com militares inativos e seus pensionistas verificado nos últimos anos. De acordo com dados da STN, as administrações estaduais gastaram R\$ 41 bilhões com militares inativos (reformados ou na reserva) e seus pensionistas em 2018. Mais de 10% a mais, portanto, do que o montante gasto com militares ativos. Santos et al. (2019) estimam que em 2017 houvesse 270 mil militares inativos e 130 mil pensionistas militares. O valor médio mensal com inativos é maior do que o gasto com ativos porque inativos, em geral, têm patentes/remunerações maiores do que os dos ativos. Embora não se saiba ao certo quantos militares inativos e pensionistas militares havia em 2006, sabe-se que, a preços de agosto de 2019, o gasto das administrações estaduais com essas pessoas foi de R\$ R\$ 17,2 bilhões. De outro modo, as despesas dos estados com militares inativos cresceram 148% entre 2006 e 2018 (contra 78% dos ativos no mesmo período).

Parte desse crescimento, uma vez mais, pode ser debitado à maior valorização conferida pela população aos provedores de segurança pública. Registre-se, entretanto, que – ao contrário dos quantitativos de militares ativos, que se encontram estagnados desde a crise de 2014 e não devem crescer significativamente nos próximos anos – o número de militares inativos deve aumentar contínua e rapidamente na próxima década.

Na raiz do problema está o fato de que militares, no mais das vezes, entram em atividade com pouco mais de vinte anos. Espera-se que cumpram 30 anos de serviço até que se aposentem. Em vários estados é possível “abater” desse último número o tempo de serviço militar federal obrigatório e/ou licenças quinquenais não gozadas (nesse caso em dobro). Como resultado, a idade média de entrada em inatividade dos militares é inferior a 50 anos.

Com efeito, há estimativas que, mantidas as regras atuais, o quantitativo de militares inativos dos estados deverá dobrar em 25 anos. Isso ocorrerá por dois motivos básicos. Primeiro porque o atual quantitativo de militares inativos é relativamente jovem. Perto de 60% dos atuais militares inativos têm menos de 60 anos de idade e espera-se que vivam muitos anos mais. Segundo, porque o atual quantitativo de militares ativos é relativamente velho. Perto de 40% dos atuais militares inativos têm mais de 40 anos de idade e espera-se que se aposentem relativamente rápido.

A perspectiva de fortes e continuados aumentos de gastos dos estados com militares inativos nos próximos anos se torna mais dramática quando se leva em conta a dura restrição fiscal a qual deverão estar submetidas as administrações públicas estaduais na próxima década. Faz sentido, nesse contexto, cobrar dos militares a mesma cota de sacrifício ora exigida do restante da população. O fato de os brasileiros estarem vivendo mais deve ser comemorado. Mas implica, por outro lado, que podem e devem trabalhar mais tempo. Isso vale para todos os brasileiros, sem exceções.

[1] Os dados foram coletados por Santos et al. (2019) a partir de múltiplas fontes, notadamente (i) a pesquisa “Per s das Instituições de Segurança Pública do Ministério da Justiça”; (ii) a Relação Anual das Informações Sociais (Rais) do Ministério da Economia; (iii) os Demonstrativos de Resultados de Avaliação Atuarial (DRAAs) também do Ministério da Economia; e, por m, (iv) os portais de transparência das administrações estaduais brasileiras. Embora todas as bases citadas acima tenham problemas importantes para a mensuração dos militares no Brasil, elas permitem – se utilizadas em conjunto – a obtenção de microdados de boa qualidade para a maior parte dos estados do país.

### **Cláudio Hamilton Matos dos Santos**

Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e Phd em Economia pela New School for Social Research

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/economia-e-seguranca/-4decc-m522i>

